

Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política

EVGENY MOROZOV

Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: UBU, 2018, 192p.

Hernandez Vivian Eichenberger*

Evgeny Morozov, pesquisador e escritor bielorrusso, apresenta um trabalho altamente sugestivo no que diz respeito à crítica política da tecnologia. Por um lado, expõe de maneira empírica, com abundância de casos, como Google, Amazon, Uber, Airbnb, Facebook, entre outros, se valem dos dados de seus usuários como matéria-prima do capitalismo digital. Por outro, a sua incursão, ainda que enxuta em referências mais clássicas (embora claramente apoiada em Marx, Foucault e Deleuze), constitui ao fim do livro uma contribuição teórica e metodológica fundamental aos estudos sobre tecnologia. Ainda que seja, antes de tudo, um livro de intervenção política, Morozov lança as bases para se pensar uma profícua teoria da tecnologia. O livro é basicamente uma coletânea de artigos acadêmicos e publicados em jornais (*The New York Times*, *The Economist*, *The Wall Street Journal*, *Financial Times*, *London Review of Books* e *Times Literary Supplement*, *El País* e *Folha de S.Paulo*). Ainda que eventualmente alguns argumentos se repitam, é razoável dizer que eles configuram um todo.

A tese de Morozov pode ser sintetizada na ideia de que aquilo que chamamos de tecnologia ou, ainda, o que chamamos de “digital”, apenas pode ser apropria-

* Professor de Filosofia do Instituto Federal Catarinense, São Bento do Sul (SC). E-mail: jarivaway@gmail.com

damente compreendido se levarmos em consideração o pano de fundo social e econômico que a constitui: “Ela [a tecnologia digital] é, na verdade, um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos íntimos” (p.7). Para o autor, a condição de possibilidade de aplicativos como Uber reside no desmantelamento progressivo das legislações trabalhistas somado a contextos de crise econômica e urbana. Ou, ainda, o Airbnb apenas é possível a partir do encorajamento de se tomar os imóveis como “ativos” a serem valorizados no mercado. O fundo desse processo, segundo Morozov, reside no contexto de enfraquecimento do Estado de bem-estar social e da privatização de serviços. Os aplicativos de saúde, por exemplo, nos quais são oferecidas dicas de uma vida saudável a partir dos dados colhidos, são a privatização compensadora da falta de serviços adequados por parte do Estado.

Nisso reside uma das observações mais sugestivas do livro: a importância dos dados como meio a partir do qual se estruturam os aplicativos. A ideia de que dados são para o século XXI o que o petróleo foi para o capitalismo fôssil, ainda que problemática, encerra uma verdade perturbadora: “Se os dados são o petróleo do século XXI, quem vai ser o Saddam Hussein deste século?” (p.9). Desse modo, o modelo que orienta a criação e uso de aplicativos é aquilo que Morozov vai chamar de “extrativismo de dados”, trata-se da tese de que a valorização decorre da retirada, armazenamento e utilização dos dados dos usuários. Para bom êxito da extração, basta oferecer serviços aos usuários – a navegação gratuita no Facebook é financiada pelos dados que voluntariamente se dispõem à empresa. Com esses dados é possível aprimorar a publicidade e desenvolver formas de inteligência artificial mais aprimoradas (p.165). Distração e fadiga online também são assim melhor explicadas: “Eles continuam escavando a nossa psique tal como as empresas de petróleo escavam o solo” (p.166).

O apelo dos aplicativos, todavia, não decorre apenas de maneiras de socializar com amigos distantes ou poder comprar com mais comodidade. É central na ideologia do Vale do Silício, berço dessas iniciativas digitais, a ideia de que os aplicativos melhorarão o mundo – segundo o novo léxico, serão “disruptivos”. Nesse sentido, Morozov direciona sua crítica ao “solucionismo”, à noção de que “os problemas devem ser resolvidos por meio de aplicativos, sensores e ciclos infinitos de retroalimentação – todos fornecidos por *startups*” (p.88). Aplicativos que monitoram a saúde de pacientes e que os incentivam a melhores práticas premiando-os com deduções fiscais são um modelo desse tipo de ideia. Contudo, esses mesmos dados podem ser compartilhados com seguradoras de saúde que avaliarão os clientes com maior escrutínio punindo aqueles cuja provável cobertura de saúde não cobrirá os gastos envolvidos na operação. No fundo, trata-se da “boa e velha utopia tecnocrática da política apolítica” (p.92), segundo a qual a boa organização social deriva de um conjunto mais completo de dados e não de escolhas econômicas e políticas.

As próprias tecnologias já em funcionamento anunciam, de algum modo, o possível futuro de seu potencial socializado. Ainda que o Uber seja uma tecnologia cuja criação leva a marca de seu lugar de origem (os EUA e seu péssimo sistema público de transporte que conduz o usuário ao total desencorajamento a viagens que não sejam motorizadas), há modelos que se valem do potencial de dados do Uber a fim de oferecer maiores modalidades de transporte ao usuário. Morozov menciona o aplicativo Kutsuplus de Helsinque (resultado da colaboração entre uma *startup* e a prefeitura da cidade), o qual permite que, a partir da rota selecionada, seja indicado ao usuário as diferentes possibilidades de se perfazer o trajeto. Limitar a imaginação política de resolução do problema do transporte ao Uber significa deixar de lado modos de organizar o transporte que respondam à complexidade das sociedades locais. Para tanto, é preciso reinstaurar a soberania popular em torno do controle dos dados: “o resultado de muitas batalhas cruciais em torno do futuro dos serviços públicos depende de quem controla os dados necessários e os sensores que os produzem” (p.65).

Em termos teóricos, a abordagem de Morozov merece destaque por pensar a tecnologia de maneira sistemática, compreendendo o mundo digital “como a interseção das lógicas complexas que regem o mundo da política, da tecnologia e das finanças” (p.163). Ou, ainda, por realçar que é preciso “pensar nos termos da economia política”. Essa orientação metodológica permite refletir, por exemplo, sobre as *fake news* de um ponto de vista que não se concentra tanto no usuário, mas sim na atmosfera digital cujo modelo de negócio acaba por propiciar a difusão delas. É claro que notícias falsas são presentes em vários momentos históricos, de modo que a pergunta se desloca do “quem as faz?” para “por que elas se amplificam tanto?": “O problema não são as *fake news*, e sim a velocidade e facilidade de sua disseminação, e isso acontece principalmente porque o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável – veja o Google e o Facebook – produzir e compartilhar narrativas falsas que atraem cliques” (p.184). Ou seja, o modelo de negócio que gravita em torno da absorção do tempo do usuário dispensado no uso do aplicativo, medido pelos cliques, é a condição das *fake news*. Elas são a consequência não desejada do modelo social adotado: “assim como as alterações climáticas são o subproduto natural do capitalismo fóssil, as *fake news* são o subproduto do capitalismo digital” (p.186).

Morozov está cômico da dificuldade de seu ponto de partida: como criticar a tecnologia sem ser confundido com um tecnofóbico ou ludita? Para o autor, a tecnologia pode aprimorar decisivamente a experiência das sociedades, entretanto isso apenas será possível “se antes reconquistarmos a soberania sobre a economia e a política” (p.25). Em outros termos, “o verdadeiro inimigo não é a tecnologia, mas o atual regime político e econômico” (p.30). O potencial das tecnologias digitais apenas será desdobrado quando elas não mais se moverem segundo a lógica capitalista, mas sim quando forem postas segundo os objetivos democráticos da sociedade.